

espécies de inconstitucionalidade

↳ vício formal, material e de decoro parlamentar:

A inconstitucionalidade pode ser por ação ou omissão, decorrente da inércia legislativa na regulamentação de normas constitucionais de eficácia limitada.

▶ A inconstitucionalidade por ação pode ser caracterizada pelos vícios:

- formal;

- material; ou

- de decoro parlamentar.

Como já diz o próprio nome, a **inconstitucionalidade formal**, também conhecida como nomodinâmica, verifica-se quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contém algum vício em seu processo de formação, vale ressaltar, no seu processo de elaboração, ou ainda, em razão de sua elaboração por autoridade incompetente.

De outro modo, o **vício material** diz respeito ao conteúdo normativo, à matéria. Assim, aquele ato normativo que afrontar qualquer princípio da Constituição deverá ser declarado inconstitucional.

↳ não interessa o procedimento de elaboração e sim o seu conteúdo.

O **vício de decoro parlamentar** foi lançado quando houve a denúncia de compra e venda de votos p/ obtenção de apoio político no Parlamento.

↳ momentos de controle:

O controle pode ser realizado antes do projeto de lei. No nosso sistema jurídico podemos identificar o controle preventivo ou repressivo.

- **preventivo**: se dá no processo de elaboração legislativa, através das Comissões do Congresso Nacional, e da atuação do Pres. da República, na oportunidade de sanção ou veto de lei.

- **repressivo**: se dá a partir da edição da lei. Depois de promulgada, com ou sem sanção, e publicada, a lei pode ser objeto de demanda constitucional. Nesse controle temos duas subdivisões:

- a) **controle difuso**: a declaração fica a cargo de qualquer órgão do Poder Judiciário. Aqui, a inconstitucionalidade será arguida e o juiz, a reconhecendo, afastará a incidência da norma assim considerada no caso concreto. A norma continua vigen-

te, exceto p/ determinado caso concreto. Se o STF declarar a norma inconstitucional, em decisão definitiva e a CF poderá suspender sua execução.

b) controle concentrado: através desse controle, será proposta ação perante o STF, cujo objeto é a declaração de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo. Se o STF declarar a inconstitucionalidade, a lei é extinta do sistema jurídico, será como se nunca tivesse existido.